

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO PIAUÍ: FUNDAMENTOS E PERSPECTIVAS DA INOVAÇÃO CURRICULAR

Marcos Gomes de Sousa¹

Universidade Federal do Piauí – UFPI.

Teresina, Piauí, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7421-3768>.

E-mail: marcosggomes77@gmail.com

Armstrong Miranda Evangelista²

Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, Piauí, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5964-8413>.

E-mail: armstrong@ufpi.edu.br

RESUMO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem se consolidado no Brasil, como um espaço estratégico para a formação de sujeitos capazes de responder às demandas do mundo do trabalho e da sociedade contemporânea. O estudo visa refletir sobre os fundamentos e as perspectivas da inovação curricular na EPT no Piauí. Outrossim, delimitou-se o objetivo específico em discutir os avanços e os desafios da Educação Profissional e Tecnológica piauiense. Os resultados dessa pesquisa, ainda que em fase embrionária, indicam que o Piauí tem avançado em termos de expansão e diversificação da EPT, porém os desafios de equidade, formação docente e infraestrutura tecnológica ainda limitam a efetivação de uma verdadeira inovação curricular. Nesse sentido, embora os investimentos realizados pelo MEC configurem avanços importantes, ainda é necessário avaliar se eles correspondem a ações estruturantes e de longo prazo ou se permanecem restritos a iniciativas pontuais.

Palavras-chave: EPT; Tecnologia; Inovação; Piauí.

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (PPGGEO/UFPI). Mestre Geografia pela UFPI (PPGGEO). Graduado em Geografia pela UFPI. Integrante do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ensino de Geografia (NUPEG). Teresina, Piauí, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7421-3768>. E-mail: marcosggomes77@gmail.com

² Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Piauí, Mestre em Educação pela UFPI, Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará e Pós-Doutorado em Geografia pela Universidade de Lisboa (2018-2019). Professor Classe Associado IV da UFPI, Teresina, Piauí, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5964-8413>. E-mail: armstrong@ufpi.edu.br

PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION IN PIAUÍ: FUNDAMENTALS AND PERSPECTIVES OF CURRICULUM INNOVATION

ABSTRACT

Vocational and Technological Education (VTE) has become established in Brazil as a strategic space for training individuals capable of responding to the demands of the world of work and contemporary society. This study aims to reflect on the foundations and perspectives of curricular innovation in VTE in Piauí. Furthermore, the specific objective was defined as discussing the advances and challenges of Professional and Technological Education in Piauí. The results of this research, although still in its early stages, indicate that Piauí has made progress in terms of the expansion and diversification of PTE, but the challenges of equity, teacher training, and technological infrastructure still limit the implementation of true curricular innovation. In this sense, although the investments made by the Ministry of Education represent important advances, it is still necessary to assess whether they correspond to long-term structural actions or whether they remain restricted to specific initiatives.

Keywords: EPT; Technology; Innovation; Piauí.

EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA EN PIAUÍ: FUNDAMENTOS Y PERSPECTIVAS DE LA INNOVACIÓN CURRICULAR

RESUMEN

La Educación Profesional y Tecnológica (EPT) se ha consolidado en Brasil como un espacio estratégico para la formación de sujetos capaces de responder a las demandas del mundo laboral y de la sociedad contemporánea. El estudio tiene como objetivo reflexionar sobre los fundamentos y las perspectivas de la innovación curricular en la EPT en Piauí. Asimismo, se ha delimitado el objetivo específico de debatir los avances y los retos de la Educación Profesional y Tecnológica en Piauí. Los resultados de esta investigación, aunque aún en fase embrionaria, indican que Piauí ha avanzado en términos de expansión y diversificación de la EPT, pero los retos de equidad, formación docente e infraestructura tecnológica aún limitan la efectividad de una verdadera innovación curricular. En este sentido, aunque las inversiones realizadas por el MEC constituyen avances importantes, aún es necesario evaluar si corresponden a acciones estructurales y a largo plazo o si siguen estando restringidas a iniciativas puntuales.

Palabras clave: EPT; Tecnología; Innovación; Piauí.

INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem se consolidado no Brasil, como um espaço estratégico para a formação de sujeitos capazes de responder às demandas do mundo do trabalho e da sociedade contemporânea. Segundo o Ministério da Educação (MEC), a EPT

“[...] é uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com a finalidade precípua de preparar “para o exercício de profissões” [...]” (Brasil, 2025a)³.

Nesse sentido, ao ser definida pela LDB, a Educação Profissional e Tecnológica tem como pretensão, portanto, de preparar sujeitos para o exercícios de variadas profissões, articulando saberes científicos, tecnológicos e culturais. Essa preposição, de caráter formativo, vai além da mera capacitação técnica, pois implica na construção de competências que viabilizam aos estudantes atuarem de forma autônoma, crítica e criativa no mundo do trabalho.

No estado do Piauí, essa modalidade vem ganhando importância ao se articular com as políticas públicas de expansão da rede de escolas técnicas estaduais e Institutos Federais (IF), o que configura via de acesso à qualificação profissional e à inserção social. Contudo, devido as constantes transformações tecnológicas e das novas exigências do mercado, o currículo da EPT exige revisões e ressignificações, para que se possa responder às demandas da formação integral dos estudantes.

Diante do exposto, a relevância desta pesquisa consiste da necessidade em compreender o papel da EPT no contexto piauiense, especialmente no que se refere à inovação curricular. Ademais, a pesquisa se justifica pelo crescente impacto da transformação digital na sociedade e no mundo do trabalho, que exige cada vez mais profissionais capazes de se adaptar a “novas tecnologias”, resolver problemas complexos e atuar de maneira crítica e criativa.

Diante do exposto, o estudo visa refletir sobre os fundamentos e as perspectivas da inovação curricular na EPT no Piauí. Outrossim, delimitou-se o objetivo específico em discutir os avanços e os desafios da Educação Profissional e Tecnológica piauiense.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

A EPT no Brasil está amparado por uma série de marcos legais que orientam sua organização, funcionamento e objetivos formativos. A LDB, Lei nº 9.394/1996, é um exemplo

³ A fonte não é paginada.

desse tipo de ferramenta legal, segundo esse documento “A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (Brasil, 1996).

Esse enquadramento legal nos revela que a EPT não se limita à transmissão de habilidades técnicas, mas se configura como um espaço de articulação entre conhecimento, trabalho e desenvolvimento social. Nesse sentido, ao integrar diferentes níveis e modalidades de educação, a LDB propõe uma concepção de formação ampla, assim, torna-se um instrumento de emancipação e de construção de cidadania, onde a inovação curricular e as práticas pedagógicas assumem um caráter transformador.

Anterior a LDB, já se pensaram em possibilidades de inserção de cursos de educação profissional no Brasil, como a criação de Escolas de Aprendizes Artífices, criada por meio do Decreto nº 7.566/1909. Esse decreto surgiu em um contexto social marcado pela urbanização incipiente e pela necessidade de formação de mão de obra qualificada para atender às demandas emergentes do setor produtivo. Segundo o decreto, em seu art. 2º:

Nas Escolas de Aprendizes Artífices, custeadas pela União, se procurará formar operários e contra-mestres, ministrando-se o ensino pratico e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendem aprender um ofício, havendo para isso até o número de cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessárias no Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais (Brasil, 1909, p. 1).

Isso evidencia a lógica pragmática que orientava a Educação Profissional no início do século XX no Brasil. Assim, o enfoque na instrução prática e nos conhecimentos técnicos reflete a intenção do estado em moldar a força de trabalho de acordo com as necessidades das indústrias locais, possibilitando a época que os jovens pudessem desempenhar funções produtivas específicas.

Embora o decreto tenha sido pioneiro ao institucionalizar a educação profissional e tecnológica, ele reproduzia as desigualdades sociais da época, destinando-se prioritariamente aos filhos de classes populares para ocuparem funções operacionais. Nesse sentido, percebe-se que a formação profissional estava mais alinhada às demandas econômicas imediatas do

que à promoção de uma educação integral capaz de ampliar oportunidades de mobilidade social e desenvolvimento crítico dos indivíduos.

Santos e Marchesan (2017) fazem uma discussão sobre o processo evolutivo da educação tecnológica no Brasil, apresentando quadro síntese (Quadro 1), que organiza de forma clara os marcos legais, institucionais e pedagógicos que influenciaram o desenvolvimento dessa modalidade de ensino. Isso permite compreender não apenas a trajetória histórica, mas também as transformações e os desafios enfrentados ao longo do tempo.

Quadro 2 – Marcos histórico da educação profissional e tecnológica no Brasil (1909-2011)

ANO	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL
1909	O Decreto-Lei nº 7.5662, de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo Presidente da República Nilo Peçanha, instituiu oficialmente a educação profissional no Brasil, com a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices que objetivava a preparação de mão de obra qualificada.
1937	A educação técnica passou a ser vista como um elemento estratégico para o desenvolvimento social e econômico da classe trabalhadora pois, a Constituição promulgada pelo presidente Getúlio Vargas transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais.
1940	Fase que inicia a grande industrialização no Brasil.
1942	Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Saúde no Brasil, promove uma grande mudança na estrutura educacional brasileira onde equiparou o ensino profissionalizante e técnico ao nível médio e os Liceus passaram a ser chamados de Escolas Industriais e Técnicas (EIT's).
1959	As EIT's foram transformadas em Escolas Técnicas Federais (ETF's) passando a adquirirem autonomia pedagógica e administrativa.
1971	Promulgação da Lei 5.692/71, Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, que instaurava a profissionalização compulsória em todo o Brasil, fazendo com que todos os cursos de 2º grau passassem a ter caráter profissionalizante.
1978	Surgem os três primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet's), centralizados nas Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná, do Rio de Janeiro, que tinham como objetivo formar engenheiros de operação e tecnólogos
1980 - 1990	Período em que os Cefet's viraram a unidade padrão da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico. Eles absorveram as atividades das ETF's e das Escolas Agrotécnicas Federais e se preocuparam em preparar o País para a revolução tecnológica ocorrida entre os anos 1980 e 1990.
1996	Promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, a qual favoreceu a publicação do Decreto Lei nº 2.208/96, reformulando o ensino técnico, promovendo a separação das disciplinas de formação geral daquelas destinadas à formação técnico-profissional.
2004	O Decreto 5.154/04 determina a reintegração, mais uma vez, do ensino técnico ao médio.
2005	O Decreto 5.458/05 cria o Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.
2008	O Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva sanciona a Lei nº 11.892/08, criando 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET).
2011	A partir da Lei nº 12.513 de 26 de outubro, sob o governo da Presidenta Dilma Rousseff, institui-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Fonte: Santos e Marchesan (2017).

O quadro evidencia a evolução dessa modalidade, que nos permite ainda compreender não apenas a trajetória legislativa e institucional da EPT, mas também as mudanças nos objetivos pedagógicos, administrativos e sociais que moldaram a formação técnica e tecnológica no país ao longo de mais de um século. De acordo com Santos e Marchesan (2017,

p. 363), “Após esse percurso cronológico [...] é possível perceber que esta modalidade de ensino possui um caráter ascendente na esfera educacional brasileira”.

Diante do exposto, entende-se que a EPT no Brasil deve ser compreendida em seu contexto histórico, marcado por desigualdades sociais e pela subordinação da formação escolar às demandas do mercado de trabalho. Desde a criação das Escolas de Aprendizizes e Artífices (1909) com caráter assistencialista, até a expansão dos Institutos Federais no século XXI (anos 2000), essa modalidade oscilou entre a função de inclusão social e de mera preparação de mão de obra.

Segundo Jeronimo (2019, p. 3), “Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm sua origem com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a qual institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação [...]”. Sobre esses Institutos Federais, a lei declara que elas:

[...] são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (Brasil, 2008).

Nessa perspectiva, essas instituições representam um modelo que busca ampliar o acesso a inclusão social, ao mesmo tempo em que propicia uma articulação curricular capaz de responder às demandas regionais e às exigências do mercado de trabalho. Os institutos tem como finalidade, portanto de:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica; VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do

ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Diante desse pequeno, e simbólico panorama histórico e normativo, torna-se em evidência que a EPT no Brasil se consolidou como um espaço estratégico de articulação entre conhecimento, trabalho e desenvolvimento social, evoluindo de um modelo assistencialista e pragmático voltado à formação de mão de obra específica para um projeto educacional amplo e integrado. Assim, essa modalidade assume caráter estratégico, ao mesmo tempo formativo e transformador, em que políticas públicas, marcos legais e estruturas institucionais convergem para a promoção de uma educação que transcende a simples qualificação profissional no país, sobretudo no estado do Piauí.

Caminhos da educação profissional no Piauí: a formação do IFPI

A constituição do Instituto Federal do Piauí (IFPI), antigo Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), insere-se no contexto mais amplo da política nacional de expansão e reconfiguração da EPT no Brasil. Sua criação remonta à criação da Escola de Aprendizizes Artífices, em 1909, instituída no governo de Nilo Peçanha. Segundo Jeronimo (2019, p. 3):

[...] a história dos IF's começou bem antes, como já dito anteriormente, no século XX, no ano de 1909, o país era governado pelo presidente Afonso Pena, que faleceu no poder, sendo substituído no cargo pelo seu Vice-Presidente, Nilo Peçanha, que assume à 14 de junho desse mesmo ano.

Pondera-se que, ao longo do século XX, a instituição no estado do Piauí passou por diferentes denominações e reorganizações administrativas (Liceu Industrial, Escola Técnica Federal e, posteriormente, Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), refletindo as mudanças nas concepções de educação profissional, ora marcadas por um viés assistencialista, ora por políticas de cunho tecnicista. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística – IBGE (2009)⁴:

⁴ Fonte não paginada.

Criado em 1909, como Escola de Aprendizes Artífices, recebeu o nome de Liceu Industrial do Piauí em 1934, e de Escola Industrial de Teresina em 1942. Em 1938, constituiu-se a nova sede da Escola, onde ainda hoje permanece na Praça da Liberdade, se ampliando ao longo dos anos. Em 1966, mudou novamente o nome para Escola Industrial Federal e em 1967, foi elevada à categoria de Ensino Técnico do 2º grau, passando a se chamar Escola Técnica Federal do Piauí. Em 1994, foi autorizada a transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – CEFET-PI. Em 2009, o Presidente Lula assinou o decreto de criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFPI, como é atualmente nomeado.

Isso revela como a trajetória institucional do IFPI está profundamente ligada às mudanças políticas, econômicas e sociais do Brasil ao longo do século XX e início do Século XXI. Destaca-se que cada alteração de nomenclatura não foi apenas um ato administrativo, mas o reflexo de diferentes concepções sobre a função da educação profissional.

Diante disso, isso evidencia que essa evolução demonstra tanto o esforço do Estado em adaptar a escola às exigências do desenvolvimento produtivo quanto a luta pela consolidação da EPT como um direito constitucional e não apenas como um mecanismo de qualificação da mão de obra. Portanto, refletir sobre esse percurso nos permite compreender que o IFPI, hoje, não é só um resultado de um processo linear, mas da tensão permanente entre democratização do acesso à educação e a reprodução das desigualdades históricas que marcaram a educação piauiense.

METODOLOGIA

A investigação foi conduzida por meio de pesquisa bibliográfica, com leituras e análise de artigos científicos, livros e outros materiais relevantes à temática estudada. As buscas foram realizadas principalmente na base de dados do *Google Acadêmico* e no Portal de Periódico da CAPES, considerando critérios como atualidade, relevância e pertinência dos trabalhos para o objeto da pesquisa. Prodanov e Freitas (2013, p. 54) argumentam que esse tipo de pesquisa é “elaborado a partir de material já publicado [...]”.

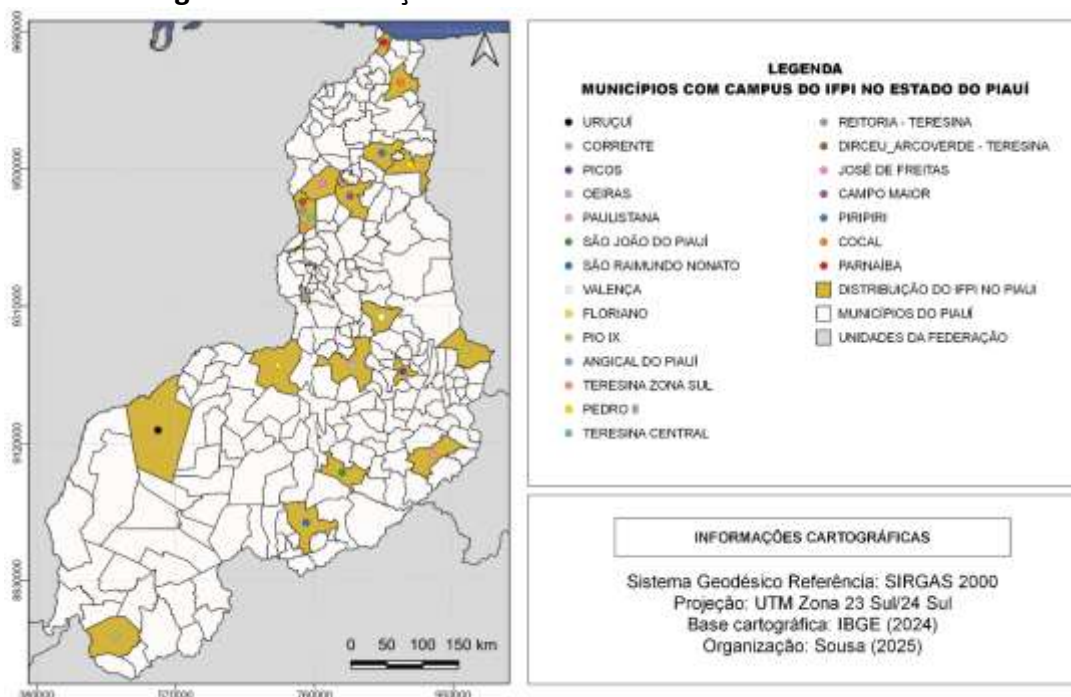
Esse procedimento metodológico possibilitou construir uma base teórica sólida, além de identificar diferentes perspectivas e contribuições de autores que abordam a relação entre currículo e tecnologias digitais no EPT. Dessa forma, foram lidas as obras de Kenski (2012), Santos e Marchesan (2017), Jeronimo (2019), estes discutem, respectivamente, as tecnologias na educação, trajetórias e desafios na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, e a expansão do Instituto Federal de Educação do Piauí.

Foram realizadas buscas documentais em documentos educacionais (Leis e Decretos) que pudessem dar maior embasamento ao assunto estudado, além de documentos institucional do IFPI, como o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2020-2024). Também foram consultados a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), documentos que orientam as políticas e práticas educacionais em âmbito nacional.

De acordo com Kripka, Scheller e Bonotto (2015, p. 244) “A pesquisa documental consiste num intenso e amplo exame de diversos materiais que ainda não sofreram nenhum trabalho de análise, ou que podem ser reexaminados, com outras interpretações ou informações complementares [...]”.

A pesquisa apresenta uma abordagem quanti-qualitativa sobre o desenvolvimento, institucionalização e expansão dos Institutos Federais do Piauí (Figura 1). Segundo Godoy (1995, p. 62), os estudos denominados qualitativos “[...] têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada”.

Figura 1 – Distribuição dos institutos Federais do Piauí



Fonte: Os autores (2025).

A figura apresenta os campus em funcionamento no estado do Piauí, isso permite visualizar a interiorização da Educação Profissional Tecnológica (EPT) como política pública de democratização do acesso ao ensino. Em termos metodológicos, a elaboração do mapa foi realizada por meio de técnicas de geoprocessamento, foi utilizada como base cartográfica os dados oficiais disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2024).

Foram definidos o sistema geodésico de referência SIRGAS 2000 e a projeção cartográfica UTM, Zona 23 Sul e 24 Sul, garantindo maior precisão espacial para a área de estudo. Em seguida foi realizada a vetorização e organização dos limites estaduais e municipais, sobre os quais foram georreferenciados 21 campus e unidades do IFPI.

ANÁLISES E RESULTADOS

O estado do Piauí conta atualmente com vinte e um campus do IFPI em funcionamento e três novos em fase de implementação desde de 2024, que serão instalados nas cidades de Barras, Esperantina e Altos. Essas expansões visam ampliar o número de vagas na EPT, criando oportunidades para jovens e adultos, o que possibilitará desenvolvimento local e regional.

Os recursos investidos no estado compreendem o período de 2023 a setembro de 2025 e contemplam a implantação de três novos campi do Instituto Federal do Piauí (IFPI), como parte do Plano de Expansão dos Institutos Federais (R\$ 23 milhões); a consolidação das 20 unidades existentes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no estado (R\$ 17,7 milhões), com construção de bibliotecas, restaurantes estudantis, ampliações diversas e aquisição de equipamentos mobiliários (Brasil, 2025)⁵.

De acordo com o MEC, foi realizado investimento de mais de 60,2 milhões na EPT no estado do Piauí, com a pretensão de “melhorar infraestrutura, formar profissionais e fortalecer redes públicas em benefício dos estudantes” (Brasil, 2025b). É preciso questionar se tais investimentos estão sendo acompanhados por políticas consistentes de avaliação e continuidade, para que não se limitem a ações pontuais e de baixo impacto na formação dos estudantes.

⁵Fonte não paginada.

Os institutos oferecem formação tecnológica em várias modalidades como técnico integrado, técnico integrado Educação de Jovens e Adultos (EJA), técnico subsequente, técnico concomitante/subsequente. Essas modalidades estão inseridas nos eixos tecnológicos: meio ambiente e saúde; controle e processos industriais; gestão e negócios; informação e comunicação; infraestrutura; produção alimentícia; produção cultural e design; produção industrial; recursos naturais; segurança; turismo, hospitalidade e lazer. O Quadro 2 apresenta os cursos técnicos em funcionamento nos campus do IFPI:

Quadro 2 – Ofertas de cursos técnicos integrado pelo IFPI.

Cursos técnicos integrado
Administração; Agrimensura; Agroindústria; Agronegócio; Agropecuária; Alimentos; Análises Clínicas; Comércio; Contabilidade; Cozinha; Cuidados de Idosos; Desenvolvimento de Sistemas; Edificações; Eletromecânica; Eletrotécnica, eletrônica; Estradas; Eventos; Gastronomia; Guia de turismo; Informática; Informática para internet; Instrumento Musical; Logística; Mecânica; Meio Ambiente; Mineração; Nutrição e Dietética; Panificação; Química; Recursos Humanos; Refrigeração e Climatização; Saneamento; Segurança do Trabalho; Serviços de Restaurante e bar; Serviços Jurídicos; Sistemas de Energias Renováveis; Vestuário.
Total: 38

Fonte: Instituto Federal do Piauí (2024). Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/catalogo-de-cursos/cursos-tecnicos>.

Além dos cursos técnicos, o Instituto Federal (IF) oferta cursos de Graduação (Licenciaturas, Bacharelados e Tecnólogo) e Pós-Graduação (Mestrado Profissional, Mestrado Acadêmico e Especializações), de forma presencial e Ensino a Distância (EaD). Também promove cursos de aperfeiçoamento e de formação continuada, ampliando o acesso à educação em diferentes níveis e modalidades, essa diversidade formativa evidencia o papel estratégico dos IFs na democratização do ensino, contribuindo não apenas para o desenvolvimento científico e tecnológico, mas também para a inclusão social, a interiorização da educação e a formação de cidadãos críticos capazes de atuar em diferentes contextos da sociedade.

A presença de três campus e da Reitoria do IFPI em Teresina-PI representa uma significativa expansão da oferta da EPT. Entretanto, esse avanço também evidencia desafios estruturais e organizacionais, entre os quais se destacam a necessidade de garantir equidade na distribuição de cursos e vagas, a interação entre as unidades e a capacidade de atender à crescente demanda por formação em diferentes áreas do conhecimento.

Em Teresina, percebe-se a existência da distribuição relativamente equilibrada entre as zonas, mas a maior concentração está entre a região central e a zona Sul, que reúnem os campi mais antigos e de maior porte (Teresina central e Teresina Zona Sul). Ademais, a consolidação dessas unidades na cidade exige superar barreiras relacionadas à infraestrutura, financiamento, inovação pedagógica e inserção dos egressos no mercado de trabalho, de modo a efetivar o papel estratégico do IFPI no desenvolvimento educacional e socioeconômico do Piauí.

O estado do Piauí passou por um processo significativo de expansão nas últimas décadas intenso da EPT, sobretudo com a criação de novos institutos, cursos e consolidação de políticas públicas de interiorização do ensino. Esse movimento ampliou as oportunidades formativas e possibilitou maior acesso da população a diversos cursos (Tabela 1).

Tabela 1 – Número de matrículas do IFPI (2024 – 2025)

Instituição	Número de Matrículas	Número de Evadidos	Taxa de Evasão
IFPI	33.127	4.780	14,43%

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2025).

A tabela apresenta os indicadores de matrícula e evasão do IFPI, a instituição contabilizou 33.127 matrículas, das quais 4.780 resultaram em evasão, o que corresponde a uma taxa de 14,43%. Esse índice revela um dado preocupante, pois na medida em que ocorre a evasão escolar compromete o desempenho institucional e a realização pessoal dos estudantes.

Essa problemática pode estar associada a questões socioeconômica dos alunos, que afetam, sobretudo, alunos em risco de vulnerabilidade social. Ademais, destaca-se que esse percentual evidencia um desafio estrutural para as políticas de permanência e êxito na cidade de Teresina-PI.

Entretanto, embora o número absoluto de avaliados seja significativo, mais de 85% dos matriculados permanecem ativos. Isso coloca em evidência a importância das políticas de assistência, bolsas e programas de acompanhamento pedagógico, portanto, o dado apresentado não deve ser analisado apenas como um instrumento de diagnóstico

institucional, capaz de orientar ajustes curriculares, estratégias de inovação pedagógica e medidas de apoio socioeducacional.

Em síntese, os resultados dessa pesquisa, ainda que em fase embrionária, indicam que o Piauí tem avançado em termos de expansão e diversificação da EPT, porém os desafios de equidade, formação docente e infraestrutura tecnológica ainda limitam a efetivação de uma verdadeira inovação curricular. A discussão evidencia que o fortalecimento desse campo exige políticas educacionais integradas, que superem a lógica instrumental do mercado e priorizem uma formação ampla, crítica e emancipatória, em consonância com as especificidades regionais.

CONCLUSÕES

A presente pesquisa, ainda em fase inicial, evidencia a relevância da EPT como eixo estratégico de desenvolvimento educacional, social e econômico no estado do Piauí. Assim a análise preliminar aponta que a expansão da rede de IFS e a ampliação da oferta de cursos têm contribuído significativamente para o avanço da democratização do acesso ao ensino e para a interiorização de oportunidades formativas.

Todavia, os resultados parciais também revelam contradições e desafios persistentes, como as desigualdades no acesso, a evasão estudantil, a necessidade de atualização curricular frente as transformações tecnológicas e a urgência de políticas mais consistentes para garantir permanência e êxito estudantil. Nesse sentido, embora os investimentos realizados pelo MEC configurem avanços importantes, ainda é necessário avaliar se eles correspondem a ações estruturantes e de longo prazo ou se permanecem restritos a iniciativas pontuais.

Assim, a pesquisa reforça a importância de se compreender a EPT no Piauí não apenas sob a ótica quantitativa da expansão institucional, mas também sob o prisma qualitativo da inovação curricular, da formação docente e da integração entre educação, trabalho e cidadania. Os próximos passos da investigação buscarão aprofundar a análise documental e empírica, com vistas a problematizar os limites e as potencialidades da EPT no contexto piauiense, contribuindo para o debate acadêmico e para a formulação de políticas educacionais mais inclusivas e transformadoras.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí (PPGGEO/UFPI) pelo incentivo e suporte acadêmico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm . Acesso em: 25 mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 8 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**. 2025a. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acao-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-educacao-profissional/educacao-profissional-e-tecnologica-ept>. Acesso em: 12 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **MEC investiu mais de R\$ 60,2 milhões em EPT no Piauí**. 2025b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/setembro/mec-investiu-mais-de-r-60-2-milhoes-em-ept-no-piaui>. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Créa nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 13 set. 2025.

GODOY, Arilda Schimidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/38183>. Acesso em: 2 abr. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Escola industrial de Teresina**. Teresina: INGE, 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-atologo?view=detalhes&id=441839>. Acesso em: 9 set. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. **Cursos técnicos**. Catálogo de cursos. 2024. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/catalogo-de-cursos/cursos-tecnicos>. Acesso em: 20 set. 2025.

JERONIMO, Maria Keila. A expansão do Instituto Federal de Educação do Piauí-IFPI: 110 anos de história. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, 6., 2019, Paraíba. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/58299?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 set. 2025.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Denusa de Lara. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. **Ciaiq**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 243-247, jul. 2015. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252>. Acesso em: 11 set. 2025.

PRODANOV, Cleber Cristino; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, Guilherme da Silva dos; MARCHESAN, Maria Tereza Nunes. Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil e seus docentes: trajetos e desafios. **Revista de Letras, Artes e Comunicação**, Blumenau, v. 11, n. 1, p. 357-374, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/linguagens/article/view/5477>. Acesso em: 10 set. 2025.